



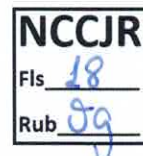
**ESTADO DE MATO GROSSO**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer nº 1241/2025/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 1670/2025 que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Irmã Santa Genoveva.”.

Autor: Deputado Valdir Barranco

Relator (a): Deputado (a) Edrio Tordin

### **I – Relatório**

Trata-se do Projeto de Lei n.º 1670/2025, de autoria do Deputado Valdir Barranco, que objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação Irmã Santa Genoveva, entidade com sede no município de Confresa-MT, reconhecendo sua relevante atuação social e sua imprescindível contribuição para o desenvolvimento humano e a promoção da cidadania no estado de Mato Grosso Fundada em 2021 e devidamente registrada no CNPJ sob o nº 46.167.724/0001-91, a Associação tem como objetivo principal a defesa de direitos sociais, atuando de forma filantrópica e sem fins lucrativos nas áreas de assistência social, educação, saúde, cidadania e profissionalização. Seu trabalho é direcionado a um público amplo e vulnerável, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, população em situação de rua, pessoas em estado de prostituição, encarcerados, indígenas e comunidades tradicionais, sem qualquer distinção (fl. 02)

A proposição foi protocolada na Secretaria de Serviços Legislativos (SSL) em 22/10/2025 (fl. 02), lida na 70ª Sessão Ordinária da mesma data e cumpriu pauta em cinco sessões ordinárias subsequentes, de 22/10/2025 a 12/11/2025 (fl. 16v e tramitação).

Em consulta realizada em 05/08/2025 no sistema eletrônico de controle legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a SSL verificou a inexistência de proposições análogas ou conexas em tramitação, bem como de normas jurídicas estaduais vigentes que apresentem conteúdo idêntico ou similar ao do presente projeto (fl. 16).

Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 13/11/2025, para manifestação quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade (fl. 16v).

É o relatório.



## II – Análise

### II.I- Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram reiteradas consultas ao sistema eletrônico da ALMT em 18/11/2025, sem identificação de proposições ou normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 1670/2025.

Outrossim, consulta realizada no sistema Intranet deste Parlamento Estadual não identificou documentos apensados ao processo legislativo vinculado à proposição.

### II.II- Da análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, e do art. 18 da Constituição Estadual, que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 8.548/2006, 10.192/2014, 10.683/2018 e 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.





O art. 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

## II. III. – Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

### 1) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

*Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Irmã Santa Genoveva, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 46.167.724/0001-91, com sede na Rua MN6, s/n, Bairro Villa 2000, CEP 78652, cidade de Confresa-MT.*

*Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

### 2) Requerimento formal da autora da proposição (art. 2º)

Às fls. 02/03, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 11269/2025, em 22/10/2025, solicitando o reconhecimento da entidade.

### 3) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)

À fl. 04, firmada pelo Vereador Ederson Cunha - Presidente da Câmara Municipal de Confresa, contendo: identificação e CNPJ da associação, nomes dos dirigentes, declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral e inexistência de remuneração dos diretores e conselheiros (conforme relação constante da ata de fundação).

### 4) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)

Às fls. 06-14, cópia devidamente registrada no 2º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Porto Alegre do Norte, não constando alterações posteriores arquivadas.

### 5) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)

Às fls. 14v-15, ata da reunião realizada em 30/09/2024, contendo a composição da Diretoria e Conselho Fiscal.

### 6) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)

À fl. 15v, emitido pela Receita Federal em 09/5/2025, constando a data de abertura da entidade em 17/12/2021, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

*fil*



**7) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 17, Lei Municipal nº 1463, de 12 de maio de 2025.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário

É o parecer.

**III – Voto do (a) Relator (a)**

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 1670/2025, de autoria do Deputado Valdir Barranco.

Sala das Comissões, em 25 de 11 de 2025.



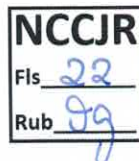
ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



#### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 1670/2025 – Parecer nº 1241/2025/CCJR
Reunião da Comissão em <u>25 / 11 / 2025</u>
Presidente: Deputado (a) <u>Edmundo Botelho</u>
Relator (a): Deputado (a) <u>Edrio Tordin</u>

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei N.º 1670/2025, de autoria do Deputado Valdir Barranco.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	<u>Edrio Tordin</u>
Membros (a)	<u>[Signature]</u>
	<u>[Signature]</u>
	<u>[Signature]</u>
	<u>[Signature]</u>
	<u>[Signature]</u>
	<u>[Signature]</u>